



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA LOCAL
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL:
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA

MARIA MACIANA ARAÚJO PEREIRA

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO DO
ESTADO EM CUBATI - PB: UM RECORTE A PARTIR DOS
ESTIGMAS SOCIAIS (1970 - 2005)

CAMPINA GRANDE - PB

2020

MARIA MACIANA ARAÚJO PEREIRA

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO DO
ESTADO EM CUBATI - PB: UM RECORTE A PARTIR DOS
ESTIGMAS SOCIAIS (1970 - 2005)**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio.

Linha de Pesquisa: 6. Política, instituições e identidades

CAMPINA GRANDE - PB
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436c Pereira, Maria Maciana Araújo.

A construção identitária dos moradores do Bairro do Estado em Cubati - PB [manuscrito] : um recorte a partir dos estigmas sociais (1970 - 2005) / Maria Maciana Araújo Pereira. - 2020.

41 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

"Orientação : Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio, USP - Universidade de São Paulo."

1. Cubati - Paraíba. 2. Memória. 3. Identidade social. 4. Estigma social. I. Título

21. ed. CDD 301

MARIA MACIANA ARAÚJO PEREIRA

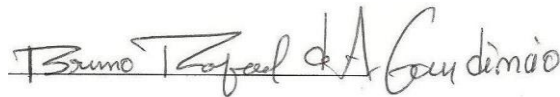
**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO DO
ESTADO EM CUBATI - PB: UM RECORTE A PARTIR DOS
ESTIGMAS SOCIAIS (1970 - 2005)**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Especialista.

Data da avaliação: 15/07/2020

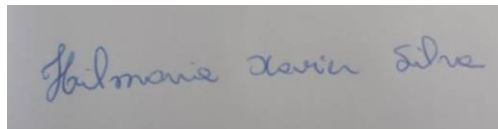
Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio - UEPB

(Orientador)



Profa. Dra. Hilmária Xavier Silva - UEPB

(Examinadora Interna)



Profa. Me. Thuca Kércia Morais de Lima – Museu Digital de Campina Grande

(Examinadora Externa)

Aos sujeitos que, a partir da simplicidade de suas histórias de vida, construíram a história do Bairro do Estado em Cubati - PB, fazendo de suas dores objeto de resistência e que, através de suas memórias, me fortaleceram na realização deste trabalho.

Dedico.

“Recuperar as sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou” (Sandra Jatahy Pesavento – Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OS SUJEITOS DA PESQUISA: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DIFERENTES EM UM MESMO CONTEXTO	9
3 HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	11
4 CUBATI: DE FAZENDA CANOAS A SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA	13
5 DE “RUA DO LIXO” A BAIRRO DO ESTADO: MEMÓRIAS DE VIVÊNCIAS DE UM GRUPO ACERCA DE SUA HISTÓRIA	16
6 APONTAMENTOS E REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DOS MORADORES DO BAIRRO DO ESTADO	28
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
FONTES DA PESQUISA	37
Entrevistas realizadas.....	37
REFERÊNCIAS	37

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO DO ESTADO EM CUBATI - PB: UM RECORTE A PARTIR DOS ESTIGMAS SOCIAIS (1970 - 2005)

Maria Maciana Araújo Pereira¹

RESUMO

O artigo ora apresentado tem por intuito realizar uma discussão acerca da construção identitária dos moradores do Bairro do Estado em Cubati-PB, tendo-se como base os estigmas sociais construídos em torno dessa comunidade. Assim, através do uso da história oral pudemos ter acesso a relatos de memórias, em que os sujeitos da pesquisa nos revelaram momentos de vivências referentes à delimitação temporal de 1970 a 2005, período marcado pela origem e desenvolvimento do Bairro do Estado, bem como a transição de modos de vida precários a condições melhores de sobrevivência. Para tanto, em nossas reflexões nos embasam autores como Pollak (1992), Dubar (2005; 2009), Kessel (2007), Pesavento (2007), Giddens (2008), Candau (2011), Le Goff (2012), dentre outros. Desse modo, através de nossa análise foi possível constatar que as identidades sociais desses sujeitos passaram por um processo de mutação e que a construção identitária sofreu forte influência pelas relações sociais estabelecidas nesse contexto. Portanto, essa investigação possibilitou a exploração de aspectos não explorados anteriormente acerca de uma determinada realidade, contribuindo assim, com o debate acadêmico no que concerne à memória e à identidade.

Palavras-chave: Cubati – Paraíba. Memória. Identidade social. Estigma social.

ABSTRACT

The article presented here aims to discuss the identity construction of the residents of Bairro do Estado in Cubati-PB, based on the social stigmas built around this community. Thus, through the use of oral history, we were able to access reports of memories, in which the research subjects revealed moments of experiences related to the temporal delimitation from 1970 to 2005, a period marked by the origin and development of the Bairro do Estado, as well as the transition from precarious ways of life to better conditions of survival. For such, in our reflections we are based on authors such as Pollak (1992), Dubar (2005; 2009), Kessel (2007), Pesavento (2007), Giddens (2008), Candau (2011), Le Goff (2012), among others. Thereby, through our analysis it was possible to verify that the social identities of these subjects went through a process of mutation and that the identity construction was strongly influenced by the social relations established in this context. Therefore, this investigation enabled the exploration of aspects not previously explored about a given reality, thus contributing to the academic debate regarding memory and identity.

Keywords: Cubati – Paraíba. Memory. Social identity. Social stigma.

¹ E-mail: mariaraujo1991@gmail.com;

1 INTRODUÇÃO

O exercício do historiador em pensar sobre a cidade e os processos constitutivos de sua historiografia pode ser uma atividade árdua, muito embora prazerosa, uma vez que ele poderá destrinchar aspectos que perpassam o que pode ser visto ou percebido aos nossos olhos através de uma análise crítica, porém sensível. Para tanto, Silva (2015, p. 16) salienta que “Pensar a cidade, implica pensar espacialidades e temporalidades. Desse modo, devemos ter em mente que as cidades são produzidas em determinados espaços e tempos históricos em que a dinâmica dos homens em sociedade vai moldando seus contornos”.

Nessa direção, nos debruçamos sobre o objeto investigativo acerca da construção identitária dos moradores do Bairro do Estado em Cubati-PB e como o reflexo do estigma social resultante de sua origem e suas condições de vida agem nesse processo. Para isso, nos delimitamos em nossa análise ao intervalo de 1970 a 2005, que equivale ao período em que o Bairro do Estado começou a surgir, bem como seu processo de expansão e transição de um cenário marcado pela pobreza extrema até atingirem melhores condições de vida.

O Bairro do Estado está localizado na cidade de Cubati - PB e teve sua origem por volta da década de 1970 situando-se nas imediações de um lixão, que foi extinto posteriormente. Dessa forma, a sua origem contribuiu bastante com o destino do Bairro e dos moradores locais, uma vez que ocasionou a constituição do estigma social por serem moradores da “Rua do Lixo”.

A localidade acolhia pessoas em condições de vida desfavoráveis, que viviam em moradias de taipa e que, geralmente, garantiam sua sobrevivência através de ações de caridade. Logo, devido à precariedade de vida, se construiu uma ideia de inferioridade e que tudo relacionado ao Bairro do Estado era ruim e que, embora a comunidade progredisse, estaria lançada ao insucesso do seu povo.

Desse modo, a comunidade viveu durante muito tempo marcada por um estigma social que foi construído historicamente e que afetou diretamente a vida desses sujeitos, abalando o sentimento de pertencimento ao local e, conseqüentemente, sendo um fator condicionante para a construção da identidade social desses indivíduos.

Assim, nessa investigação tentamos compreender de que forma esse Bairro se alicerçou e quais os aspectos que contribuíram para a produção do estigma social carregado por esses indivíduos e como isso se reflete na construção da identidade dos sujeitos.

À vista disso, a partir dos relatos de memórias de sujeitos moradores dessa localidade, pudemos constatar como se originou a comunidade e também identificar momentos de luta e

resistência do grupo ao longo do tempo, bem como os reflexos do estigma social na construção identitária desses sujeitos, uma vez que, segundo Pesavento (2007b, p. 1), “Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade ecoada”. Assim sendo, as narrativas históricas pautadas na memória possibilitam a preservação de vivências ocorridas anteriormente.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, atentamos para a realização de uma investigação qualitativa, com respaldo na busca e análise de fontes orais, em que foram escolhidos como sujeitos da pesquisa quatro moradores do Bairro do Estado, que através de modos de vida diferentes puderam nos apresentar aspectos distintos que nos possibilitou a realização de um debate acerca da construção identitária dos indivíduos presentes no contexto trabalhado.

Diante disso, é importante salientarmos a importância da utilização da história oral nesse tipo de investigação, uma vez que “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2008, p. 155). Sendo assim, podemos ter acesso a informações através da análise de diferentes histórias que constituem a tessitura da história.

Para tanto, em nossas reflexões nos embasam autores como Pollak (1992), Dubar (2005; 2009), Kessel (2007), Pesavento (2007), Giddens (2008), Candau (2011), Le Goff (2012), dentre outros.

Ademais, a escolha da investigação dessa temática surgiu a partir de um conhecimento prévio a respeito da comunidade do Bairro do Estado em Cubati - PB, em que o levantamento bibliográfico em torno dos conceitos de memória e de identidade acarretou em algumas inquietações acerca de como os estigmas sociais construídos em relação à comunidade agiram no processo de construção identitária desses sujeitos. Desse modo, atentamos para a análise dos relatos de memória relativos às lembranças dos sujeitos em relação à comunidade, pois como Candau (2011) enfatiza a memória e a identidade estão interligadas, já que a memória é condicionante para a busca identitária, ao mesmo tempo que a busca memorial é acompanhada pelo sentimento de identidade.

Logo, tendo-se em vista que não existem muitos estudos acerca da história cubatiense, acreditamos que a exploração desta temática contribui significativamente com a discussão referente à história local, com base em uma análise sensível e oportunizando que sujeitos inferiorizados socialmente contribuam com o debate a partir das narrativas de suas vivências e percepções, enriquecendo, assim, a historiografia local.

O referido trabalho está dividido em cinco partes. No primeiro tópico, intitulado “*Os sujeitos da pesquisa: vivências e percepções diferentes em um mesmo contexto*”, apresentamos os sujeitos que contribuíram através de relatos orais com a realização da pesquisa; em seguida, na parte denominada “*História, memória e identidade*” realizamos uma discussão referente aos conceitos trabalhados nesse artigo; posteriormente, no tópico que nomeamos de “*Cubatí: de Fazenda Canoas a sua emancipação política*”, abordamos o contexto de surgimento e expansão da cidade de Cubatí até a efetivação de sua emancipação política; logo após, na parte denominada “*De ‘Rua do Lixo’ a Bairro do Estado: memórias de vivências de um grupo acerca de sua história*”, nos empenhamos em apresentar momentos que marcaram a história do Bairro do Estado; posteriormente, na parte intitulada “*Apontamentos e reflexões acerca da construção da identidade social dos moradores do Bairro do Estado*”, discorremos a respeito da construção das identidades sociais dos moradores do Bairro do Estado; por fim, tecemos algumas considerações acerca da realização desse trabalho.

2 OS SUJEITOS DA PESQUISA: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DIFERENTES EM UM MESMO CONTEXTO

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos como fonte de análise em nossas reflexões, entrevistas realizadas com alguns moradores do Bairro do Estado, a fim de levantar informações acerca da história do Bairro, bem como suas impressões a respeito de suas vivências na localidade.

Desse modo, a história oral se constitui em um importante mecanismo de pesquisa, pois, de acordo com Thompson (1992) “A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (THOMPSON, 1992, p. 137). Com isso, compreendemos que a história oral possibilita ao pesquisador o acesso a uma imensidão de detalhes, que poderão contribuir significativamente para uma produção historiográfica, tendo os sujeitos da pesquisa como personagens principais desse processo.

Nessa mesma vertente, a história oral permite a visibilidade de sujeitos desconhecidos como construtores da história, isto é evidenciado quando Thompson (1992, p. 44) salienta que

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não

só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...]. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.

Assim, a história oral oportuniza que a história seja construída de forma próxima aos sujeitos, possibilitando que os indivíduos inferiorizados socialmente contribuam com essas produções historiográficas, por meio da exposição do seu ponto de vista sobre os fatos que compõem suas vidas. Desse modo, os depoimentos dão consistência à história, pois como é destacado por Silva (2015) “os relatos orais de memória são construções de representações que dão significado ao real vivido, ao espaço habitado, às práticas efetuadas por ações individuais e coletivas” (SILVA, 2015, p. 27).

Nesse sentido, é necessário percebermos as experiências narradas pelos sujeitos da pesquisa além do que simples relatos, mas como vivências significadas que tecem as histórias da cidade, ao mesmo tempo em que tem as suas histórias construídas, como é destacado por Silva (2015, p. 77) ao enfatizar que esses relatos representam

Vidas. Vidas que efetivamente escreveram a história da cidade à medida em que a cidade contribuía à feitura de suas história. Saberes experiências do cotidiano de homens ordinários. É isto que ora se apresenta. Que essas vidas nos choquem, nos inquietem, nos incomodem ao ponto de nós enxergarmos a cidade para além de seus relatos e dos embaços de nossa lentes.

À vista disso, para que possamos compreender o real sentido contido nos acontecimentos relatados, é necessário que percebamos os fatos para além do que é exposto, que façamos uma análise reflexiva por meio da sensibilidade.

As entrevistas que dão alicerce a esse trabalho foram realizadas com quatro pessoas que tiveram vivências no Bairro do Estado ao longo de suas vidas. Para tanto, optamos por manter as identidades dos sujeitos da pesquisa em sigilo, visando-se resguardar esses indivíduos de algum transtorno perante a sociedade, que por ventura possa ocorrer após publicação deste trabalho. Desse modo, atribuímos nomes fictícios a cada um dos sujeitos contribuintes com as entrevistas.

Julião Gomes, 38 anos, morador do Bairro do Estado desde o seu nascimento e pertencente a uma das famílias mais pobres da localidade, nos relatou vivências marcadas pela luta para sobrevivência. Durante muito tempo, morou em uma casa de taipa, junto com seus cinco irmãos e sua mãe.

A entrevistada Julieta Santos tem 52 anos e é moradora do Bairro do Estado desde 1988, mas começou a conhecer a história do Bairro desde a década de 1970, pois,

anteriormente, morava na zona rural do município de Cubati e sempre manteve contato com a localidade em que hoje reside quando se deslocava de sua casa para o centro da cidade.

Já Violeta Silva, 62 anos, também é moradora do Bairro do Estado desde o início da década de 1980, passando a residir na localidade após ganhar uma casa fruto das primeiras construções residenciais de alvenaria no Bairro realizadas pela Prefeitura. Ela era divorciada e relata as dores de uma mãe sem recursos para sustentar sozinha os seus seis filhos.

Virgulino Fernandes, 38 anos, é morador do Bairro do Estado desde o seu nascimento. Durante sua infância dividia uma casa simples com seis irmãos e sua mãe. Sua mãe era divorciada e os irmãos mais velhos trabalhavam para sustentar a família. Os seus relatos nos mostram as adversidades encaradas pelos moradores do Bairro do Estado ao longo da história.

Quatro histórias distintas em que, através dos relatos de memórias, esses sujeitos nos mostram perspectivas diferentes de uma mesma realidade, mas que juntas constituem o quadro social que vai ser apresentado a seguir.

3 HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

A princípio, as produções escritas acerca da historiografia das cidades estavam preocupadas em retratar aspectos políticos abordados cronologicamente. Assim, apenas na década de 1990, com a emergência de uma história cultural os estudos referentes à historiografia cidadina passam a abordar outros aspectos (PESAVENTO, 2007a). Em vista disso, a cidade passa a se tornar objeto de reflexão para o pesquisador, uma vez que

a cidade não é mais considerada só como um locus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais (PESAVENTO, 2007a, p. 13).

Então, a cidade passa a ser vista mais do que sua materialidade, pois além de ter sua parte material, como algo edificado, construído pelo homem, que diverge perceptivelmente do contexto rural, ela também é sociabilidade e se constitui pelas sensibilidades. Desse modo,

A cidade é objeto de produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (PESAVENTO, 2007a, p. 14).

Em virtude disso, podemos dizer que para pensarmos sobre a cidade é indispensável refletirmos sobre a contribuição proveniente do trabalho com a memória, para que assim possamos construir um significado mais consistente das histórias das cidades e dos sujeitos que constituem essas histórias a partir de suas vivências e memórias.

Nessa direção, para Le Goff (2012) a memória constituinte da história objetiva a preservação do passado para que este possa acarretar em benefícios para o presente e o futuro. Por isso o autor ressalta que “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2012, p. 457). Logo, por intermédio de uma consciência histórica, os sujeitos poderão através de uma constituição de uma memória coletiva implementar a sua libertação.

Para mais, a memória é um fenômeno individual, mas também deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, desse modo, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Nessa vertente, Kessel (2007) revela que a memória individual e coletiva estão intrinsecamente ligadas com a memória histórica e são socialmente negociadas. Logo, elas armazenam informações importantes que promovem a harmonia entre os indivíduos e intensificam o sentimento de pertencimento entre os membros do grupo. A autora ainda salienta que “Memórias individuais e coletivas vivem num permanente embate pela coexistência e também pelo status de se constituírem como memória histórica” (KESSEL, 2007, p. 5). Dessa forma, podemos perceber que existe um jogo de poder implícito nesse contexto, em que algumas memórias poderão se sobrepor a outras.

Logo, quando Le Goff (2012, p. 456) revela que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”, o autor refere-se ao fato de que o que vai prevalecer e se perpetuar é o que resistiu e predominou ao longo do tempo e muito além de um produto, ela também se configura em uma ferramenta para assegurar sua continuidade.

Ainda é importante destacar que a memória é um elemento crucial na constituição da identidade individual e coletiva (POLLAK, 1992; LE GOFF, 2012), ao mesmo tempo em que ela é “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). Assim, uma vez que a memória fortalece a identidade individual e coletiva, podemos dizer que resgatar a memória perdida por alguém significa compensar a identidade deste e/ou do seu

grupo (CANDAU, 2011). À vista disso, podemos frisar que a memória é algo indispensável para a construção identitária, seja de um sujeito ou do grupo a que pertence.

Para Hall (2001), a identidade é algo construído no decorrer do tempo de um modo inconsciente, que não é percebido pelo sujeito. No entanto, o autor ainda afirma que a identidade não é uma coisa acabada que se constrói e se cessa, mas que fica sofrendo alterações, ou seja, está em constante formação. Portanto, a identidade não é concebida ao indivíduo como uma característica inata.

Em consonância a isso, de acordo com Bauman (2005), a identidade é algo que é inventado e que não pode ser descoberta, é “como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais” (BAUMAN, 2005, p. 22).

Muito embora, a memória seja um importante mecanismo de construção da identidade, ela também pode anular os vínculos que ligam o sujeito a sua identidade. Isso é comprovado quando Candau (2011, p. 18) enfatiza que “A memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade, pelo menos individualmente”. Por isso, uma vez que a memória traz lembranças de momentos vivenciados anteriormente, esta pode fazer com que o indivíduo tenha a sua identidade fragilizada por desgostos sentidos em outro momento.

Para mais, no próximo tópico abordamos o contexto histórico de origem da cidade de Cubati, que tem início nas terras da Fazenda Canoas, bem como o seu crescimento e desenvolvimento que acarretou em sua emancipação política.

4 CUBATI: DE FAZENDA CANOAS A SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Antes de adentrarmos a discussão acerca do nosso objeto de estudo é indispensável sabermos um pouco a respeito da história do município de Cubati, conhecendo aspectos que marcam desde a sua origem e crescimento até a efetivação de sua emancipação política.

Nessa direção, o município de Cubati está situado na região do Seridó Oriental Paraibano, localizado acerca de 225 km de distância da capital Paraibana, João Pessoa. De acordo com os dados do IBGE, a população do município é de 6.866 habitantes, sendo 4.769 pessoas residentes na zona urbana e 2.097 na zona rural².

² Informações referentes aos dados do último censo realizado no ano de 2010. Para mais, o IBGE sugere a estimativa de que no ano de 2019 a população referente ao município atingiria o número de 7.977 pessoas.

Segundo Souto (2017), acredita-se que por volta da década de 1870, nas terras que deram origem ao município de Cubati havia duas fazendas pertencentes a Joaquim Gurinhém, essas propriedades eram denominadas Canoas, nome que posteriormente seria utilizado para denominar o povoado que daria origem ao que hoje conhecemos como a cidade de Cubati.

Joaquim Gurinhém tinha grande apreço por seu escravo Manoel Maria de Barros, o que fez com que após anos de serviço prestado, ele lhe desse como retribuição pelo seu trabalho, sua carta de alforria e também uma boa quantidade de terras e algumas cabeças de gado (SOUTO, 2017).

De acordo com Souto (s./d.), após está liberto e com posses das doações do seu antigo dono, Manoel de Barros decide ceder parte de suas terras à Igreja, que seriam utilizadas posteriormente para a construção da Capela de São Severino Bispo. Após a construção da Capela, as famílias começaram a ocupar a região circunvizinha, em que além das pessoas que já residiam na localidade, vieram outras pessoas de diferentes regiões se situando aos arredores da Capela, pois, segundo Pesavento (2007b, p. 3), “a cidade surge, cresce e se desenvolve a partir de um centro, de um núcleo original, onde se situa a sua parte mais antiga”.

Para mais, a localização geográfica do povoado contribuiu com o seu desenvolvimento, uma vez que facilitou a realização das primeiras atividades comerciais em Canoas. Como Canoas era local de passagem dos tropeiros, foi erguido na localidade um pequeno mercado, em que os tropeiros podiam realizar negociações. Além disso, esse pequeno mercado também servia de ponto de descanso para os tropeiros antes de prosseguir sua viagem (LIRA et al, 2015). No entanto, a tentativa de realização dessa primeira feira não obteve grande êxito, pois muito embora tenha contribuído para o desenvolvimento do povoado, esta feira deixou de existir devido às disputas realizadas entre cidades vizinhas.

Apenas com o intermédio de Padre Simão Fileto³, figura importante no desenvolvimento de Cubati, no dia 02 de fevereiro de 1924 teve início a concretização da feira em Canoas, que era realizada onde hoje está situada a praça central de Cubati (SILVA, 2012). Esse dia significou uma conquista para Canoas, ocasionando imensa alegria para os participantes deste evento, como se estivessem em uma grande festividade, como é exposto por Lira et al (2015, p. 12) ao ressaltar que “Pessoas da redondeza se juntavam para ver o que

Maiores informações disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cubati/panorama>>. Acesso em: 20 jun 2020.

³ "Simão Patrício PírerPhileto conhecido como Padre Fileto, era um homem marcado por temperamento forte, [...] vinha de Areia e assumia a direção espiritual do povo da região próxima a Canoas em 1921, e assim permaneceu por cinco anos" (LIRA et al, 2015, p. 12).

acontecia naquele dia de alegria para toda aquela gente. Uma mistura de cores, sons e odores transformavam as experiências daquelas pessoas. Canoas nunca estivera tão animada”.

Desse modo, podemos perceber que esse fato significou um momento marcante para a história cubatiense, visto que as pessoas que ali estavam tinham a oportunidade de experimentar algo atípico que, segundo Lira et al (2015), trouxe inovação e guiou Canoas rumo ao progresso.

A partir da implementação da feira em Canoas, o comércio começou a se expandir através de bodegas e casas de mangaio (SOUTO, s./d.). Assim, a realização da feira de Padre Fileto, impulsionou Canoas ao destino de ser cidade, uma vez que começaram a surgir cada vez mais pessoas e dentre elas comerciantes, já que “atraídos pelas oportunidades do comércio nascente, muitos homens de negócios deixaram suas cidades para residirem em Canoas juntamente com suas famílias” (LIRA et al, 2015, p. 13).

Diante de sua progressão, no ano de 1938, o povoado de Canoas é então elevado à Vila de Cubati, através da aprovação do projeto do vereador Francisco Vasconcelos, na Câmara municipal de Picuí, através da Lei nº 1. 164 (SILVA, 2012).

Com a expansão do comércio e progresso da Vila de Cubati, surge, então, o desejo de transformá-la em cidade. Conseqüentemente, o processo de emancipação política de Cubati tem início antes de 1959, através da iniciativa de um grupo composto por comerciantes, políticos e fazendeiros, que tinham por intuito a separação administrativa de Cubati do município de Picuí (LIRA et al, 2015).

Assim, a cidade de Cubati obteve sua emancipação política em 30 de abril de 1959, por meio da Lei nº 2.076 na gestão estadual de Pedro Moreno Gondim. A partir de sua emancipação política, Cubati deixa de ser distrito de Picuí e passa a ser um município com sede própria e independência política (LIRA et al, 2015).

Segundo Silva (2012), de início foi nomeado como prefeito interino da cidade José Paulino da Costa, e apenas em 02 de agosto de 1959 foi realizado o primeiro pleito eleitoral em que foi eleito como prefeito constitucional José de Medeiros Dantas.

A partir daí, Cubati começou sua expansão como cidade, ganhando seus contornos com o povoamento de regiões adjacentes, sendo habitada principalmente por pessoas provindas de outras localidades a procura de condições melhores para sobreviver. Com isso, surge também a ocupação de regiões periféricas, que embora em condições precárias, se tornaram espaços atrativos para alguns sujeitos fixarem suas famílias e construírem suas vidas. A exemplo de localidades periféricas que surgiram no município de Cubati, temos a

Rua do Rio⁴ e a Rua do Juazeiro⁵, que a princípio era conhecida vulgarmente por “Rua da Tripa”, já que comportava o primeiro matadouro da cidade.

Para mais, temos também o Bairro do Estado, o qual é tratado aqui neste trabalho e conheceremos no próximo tópico como se alicerçou nas imediações de um lixão, situado às margens da cidade.

5 DE “RUA DO LIXO” A BAIRRO DO ESTADO: MEMÓRIAS DE VIVÊNCIAS DE UM GRUPO ACERCA DE SUA HISTÓRIA

Nos primórdios, parte do local onde hoje se situa o Bairro do Estado⁶ em Cubati – PB era um campo de agave que, posteriormente, foi adquirido pela Prefeitura Municipal para ser transformado em um depósito de lixo. Como nos mostra Costa (2016) ao enfatizar que

com o transcurso do tempo à paisagem verde formada pelo que era o "campo de agave", cede uma de sua parte ao que veio a ser utilizado como o primeiro depósito de lixo formalmente da cidade, formalmente, pois [...] a prefeitura o adquiriu para esta utilização (COSTA, 2016, p. 30).

Assim, o local situado a menos de um quilômetro da parte central da cidade, que antes era uma plantação de agave, perde seus traços rurais de propriedade privada, dando suporte à parte urbana da cidade, sendo transformado em um depósito de lixo.

Contudo, o terreno também passa a chamar atenção para novos habitantes, tendo em vista sua localização na entrada da cidade, ainda mais porque próximo havia reservatórios de água que facilitariam a sobrevivência. Dentre esses reservatórios, temos os Tanques do Estado⁷ e a Cacimba dos Bentos⁸, que foram de grande importância hídrica para a cidade e, principalmente, para os moradores da localidade.

Dessa forma, o local foi sendo ocupado por sujeitos que chegavam de outras localidades, em busca de um lugar para fazerem morada e sonhando em viverem em condições melhores. Muito embora, passassem a viver em péssimas condições, dividindo o espaço com o lixo, se sujeitando a essa situação por não terem outra opção.

⁴ Acredita-se que essa rua é assim nomeada em virtude de um rio que passa próximo ao lugar;

⁵ A Rua do Juazeiro recebeu esse nome devido na localidade está situado um grande pé de Juazeiro.

⁶ Acredita-se que a denominação “Bairro do Estado” advém da localidade do Bairro, situado próximo aos Tanques do Estado;

⁷ Reservatórios de água construídos pela Prefeitura;

⁸ Segundo os entrevistados, o reservatório está situado onde era propriedade da família Bento, por isso, sua denominação.

A comunidade começa a ser edificada, conhecida popularmente por “Rua do Lixo, devido está situado próximo ao lixão, em que as primeiras casas construídas eram de taipa e as pessoas que nelas residiam eram indivíduos muito pobres, que não tinham emprego e viviam de caridade, isso é bastante presente na fala dos entrevistados. Segundo a entrevistada Julieta Santos (2020), “eles eram muito pobres. Pediam esmola na feira ou nas mercearias no centro da cidade”. Logo, isso era uma prática comum, já que sua condição social era bastante precária.

Além disso, algumas famílias garantiam sua sobrevivência a partir de sobras alimentares conseguidas nas residências mais abastadas localizadas no centro da cidade, como ainda é posto pela entrevistada. Conforme ela nos revelou: “Tinha outras pessoas que iam pedir sobra no centro da cidade, àquela, as famílias lá que era que tinha mais condição no centro, e essas pessoas que moravam na Rua do Lixo ia lá à noite pedir sobra pra sobreviver” (SANTOS, 2020).

Em consonância a isso, é evidente que o Bairro do Estado foi se edificando em um quadro de pobreza extrema, em que os sujeitos não dispunham de condições mínimas de sobrevivência. Mesmo assim, segundo os depoentes, o Bairro foi se ampliando com a chegada de um número maior de pessoas, tanto de outras cidades quanto de diferentes ruas de Cubati.

Nessa direção, segundo os entrevistados, Cubati era uma cidade em construção que aparentava tranquilidade, e isso fez com que muitas pessoas chegassem a esta localidade sonhando em viver melhor ao lado de suas famílias. Enquanto aos que já moravam em Cubati, se deslocavam para o Bairro do Estado por não terem condições de morar em outras localidades devido ao alto custo de vida.

Desse modo, essas pessoas foram formando o Bairro do Estado a partir da construção de moradias de taipa, e casas de alvenaria só começaram a ser erguidas no Bairro vários anos depois, quando a Prefeitura começa a implementar ações de melhoramento da comunidade.

Segundo os relatos das entrevistas, o lixo do local servia como fonte de renda, uma vez que as pessoas coletavam nele coisas que pudessem vender para reaproveitamento, como é declarado por Julião Gomes quando diz: “mim criei andando nos lixos, né? Catando latas, ossos, essas coisas aí pra vender, nos lixos” (GOMES, 2020).

Então, ao longo do tempo, os moradores foram ocupando a localidade gradativamente, dando origem às duas primeiras ruas do Bairro, nomeadas de José Martins de Oliveira⁹ e José

⁹ De acordo com Costa (2016, p. 21), "José Martins de Oliveira, foi fazendeiro, dono de terras e pecuarista residia na zona rural, no sítio Logradouro, pertencente ao município de São Vicente do Seridó e faleceu em 1969";

Cordeiro Neto¹⁰. Embora passando a ter seus nomes oficiais, devido a sua localização nas proximidades de onde era um lixão, o local ainda continuou a ser denominado popularmente como “Rua do Lixo”.

Para mais, de acordo com Costa (2016), é na década de 1980 que o Bairro do Estado começa a sofrer intervenções do governo municipal. Segundo o autor, no início da década de 1980, foi construído nas imediações das duas ruas o Matadouro Público Municipal. Ainda nesse momento “se tirou o lixo daquela paragem, e levou-se a eletricidade para os seus moradores, pois estes ainda não usufruíam deste benefício e foram construídas algumas casas de tijolos” (COSTA, 2016, p. 23).

Diante do exposto, percebemos que é a partir da interferência do poder público que as condições de vida dos moradores do Bairro do Estado começaram a melhorar, visto que o lixão é desativado, além do que, começam a aparecer serviços que, anteriormente, não existia na comunidade, como a chegada da eletricidade, e as casas de alvenaria passam a fazer parte da nova paisagem.

Ainda que a retirada do lixo tenha significado um progresso para a comunidade, a construção do Matadouro Público Municipal no Bairro do Estado fez com o que se intensificasse ainda mais aquele cenário, causando aversão à localidade para aqueles que precisavam transitar pelo local, devido ao mau cheiro que era exalado por toda a área. Porém, embora tenha contribuído para o enfeioamento do Bairro do Estado, o Matadouro Público também se constituía em uma fonte alimentar para a sobrevivência dos sujeitos que moravam próximo.

De acordo com os entrevistados, nos dias de abate, alguns moradores tinham sua alimentação garantida, já que algumas partes provenientes dos animais abatidos, que não possuía valor comercial, eram disponibilizadas pelo marchante¹¹ à população como, por exemplo, o sangue dos animais. Então, nos dias de abate, os moradores se dirigiam ao Matadouro com vasilhas, para receber aquele sangue que serviria de alimento para toda a família, como é exposto por Julião Gomes:

na quinta e na sexta-feira a minha mãe ia pegar sangue de boi. Quando conseguia sangue de boi, aí torrava, né? pra gente comer. Isso ali era uma alegria! Era uma alegria só! Porque isso ali matava nossa fome. Isso ali pra, pra nós é no ver de hoje, isso ali era o que é uma lasanha, pra gente naquele tempo. Porque o que viesse pra matar nossa fome, nós tava abraçando. [...] Isso aí foi por muitos, e muitos, e muitos

¹⁰ José Cordeiro Neto residia na zona rural do município de Cubati, foi agricultor, pecuarista e comerciante de produtos como algodão, mamona e agave (sisal), e faleceu no ano de 1977 (COSTA, 2016).

¹¹ Segundo Ferreira (2001, p. 47), o termo marchante designa “o que compra gado para vendê-lo abatido, aos açougues”.

anos, fazendo isso, né? Mas sobrevivemos a momentos tão “crueus”, “crueus”, muito cruel, né? (GOMES, 2020).

Haja vista que as pessoas dessa comunidade não dispunham de outra opção, acabavam forçados a recorrer a qualquer alternativa para sobreviverem. Todavia, é importante salientar que, muito embora, a população tivesse muita necessidade, alguns não se dispunham a requisitar a doação por vergonha de se expor a essa situação, por achar humilhante.

Ademais, outros fatores tornaram bem mais precária a vida desses sujeitos como, por exemplo, questões de saneamento, empregabilidade, etc., como iremos apresentar mais detalhadamente adiante ao longo do texto.

De acordo com Silva (2012), a década de 1980 representou avanço no plano educacional do município de Cubati, pois, segundo a autora, nesse momento são construídas muitas escolas na cidade, e a comunidade do Bairro do Estado também se beneficiou com a construção do seu primeiro espaço educativo, o Grupo Escolar Zózimo Pereira¹².

A escola servia como um lugar de descarte ou reaproveitamento dos materiais provenientes de outras instituições escolares da rede municipal como, por exemplo, mobília e materiais pedagógicos. O desabafo dos entrevistados que estudaram algum tempo na escola denunciaram tamanha precarização, como é possível percebermos quando Julião Gomes nos relata:

tínhamos é... materiais doado, restos de escolas, quando as cadeiras, tipo, as cadeiras não prestava jogava para lá. Quando vinha livros novos, que da rua é... tinham livros que não eram mais usados na rua, que eles jogavam pra lá. Aliás, estudávamos um tempo com restos de outras escolas (GOMES, 2020).

Assim, a escola no decorrer dos anos teve seu significado ambíguo, apesar de ser uma nova oportunidade educacional para os sujeitos que estavam inseridos nesse contexto, a escola também teve seu lado negativo, trazendo para o bairro um sentimento de insignificância para quem frequentava esse espaço escolar.

Tendo-se em vista que a instituição escolar da comunidade não dispunha de condições básicas, capaz de promover ao sujeito uma aprendizagem significativa, ela acabava por se configurar em um mecanismo de reprodução e intensificação das desigualdades sociais, negligenciando, assim, a sua função social. Desse modo, à medida que a educação tem o seu papel libertador negado, em nada contribui para a autonomia do sujeito e vai reforçando a inferiorização dos indivíduos presentes nesse contexto em relação ao restante da sociedade.

¹² Segundo os entrevistados, o Grupo Escolar Zózimo Pereira foi criado na gestão de Severino Carolino Sobrinho (1982-1988), mas não se sabe com exatidão o ano em que a escola foi construída.

Assim, essa realidade foi se perpetuando ao longo dos anos como algo natural, contribuindo com o processo de desumanização do homem, que Freire (1987) compreende como uma realidade histórica que censura a humanização do sujeito, ou seja, através das injustiças, da exploração, da opressão e da violência cometida pelo opressor, o indivíduo oprimido tem sua vocação humana roubada.

Mediante a situação, segundo os entrevistados, embora alguns moradores da comunidade tivessem consciência de que a situação que viviam era degradante, nada faziam nem reclamavam. Isso se dava devido ao medo de reivindicar os seus direitos e, assim, sofrerem represálias devido a sua vulnerabilidade social, como é posto por Freire (1987) ao falar sobre o comodismo social dos indivíduos oprimidos diante de um sistema opressor. Desse modo, segundo o autor,

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões (FREIRE, 1987, p. 34).

Certamente, a sua posição social enfrentando uma situação de extrema opressão, fazia com que as pessoas não tivessem uma plena consciência da sua condição e aceitassem sem pleitear e sem realizar nenhuma ação para reivindicar condições melhores, por medo de sofrerem alguma punição resultante disso.

O Bairro do Estado não dispunha de saneamento básico, sendo que eram poucas as residências que possuíam água encanada, e não existiam banheiros nas casas, além disso, o esgoto ficava a céu aberto, que quando chovia se juntava a água da chuva com o esgoto e o lixo, se empogando no meio da rua e dificultando o tráfego de pessoas e automóveis.

No que concerne ao abastecimento de água, os moradores relatam que a água que utilizavam era proveniente de reservatórios instalados próximos ao Bairro e que no tempo da seca abasteciam suas residências com a água vinda das cacimbas¹³. Nessa direção, a fala de Virgulino Fernandes ilustra muito bem essa situação, quando diz:

A gente usava muita água de cacimba. Nesse tempo, a gente, a gente chegava e pegava umas seis horas da noite pra sair no outro dia de seis horas da manhã com dois, três “tambozim” d’água para tomar banho, beber. Como tinha umas cacimbas que era melhor, não era tão “saloba”, tirava para beber a melhor e a outra pra tomar banho, que o cabelo ficava duro parecia que “tava” sujo fazia uns 30 anos. [...] A água era um pouco salobra, mas dava pra gente beber, a gente não tinha condição de

¹³ De acordo com Ferreira (2001, p.117), uma cacimba é “um poço cavado até um lençol de água”;

comprar água. Tinha umas pessoas que vendia água de Natal, trazia aqueles tambor de azeitona, mas a gente não podia, não tinha condições de comprar e tomava tudo da cacimba mesmo (FERNANDES, 2020).

Visto que os moradores do Bairro do Estado não tinham acesso ao serviço de água tratada para consumo, eles utilizavam água de reservatórios próximos ao Bairro, tanto para beber quanto para realização de higiene pessoal e das atividades domésticas no geral.

Logo em seguida, ainda na década de 1980, junto à construção das primeiras casas de alvenaria, começa também o fornecimento de água, se bem que nesse momento apenas uma parcela da população tinha acesso a esse benefício, ou seja, poucas moradias tinham a água encanada. E, segundo os relatos dos entrevistados, isso fazia com que se fortalecessem os vínculos entre o grupo, já que existia a parceria entre os moradores que se uniam para que quem não tivesse a água encanada em suas residências pudessem usufruir da água, como nos relata Virgulino Fernandes dizendo que “Quem tinha acesso, dividia o gasto com a pessoa, com os que não tinha, pra ajudar a pagar e cedia umas latas pras pessoas que não tinha” (FERNANDES, 2020). Desse jeito, quem tinha água em casa repartia com quem não tinha e quem podia contribuía com um valor em dinheiro para pagar o boleto de água.

Os relatos dos entrevistados evidenciam que os banheiros eram erguidos de forma improvisada, como é destacado por Julião Gomes ao frisar que “naquele tempo, as pessoas faziam, faziam banheiro de ‘paia’, [...] ‘paia’ de coqueiro, em seus quintais” (GOMES, 2020). Como a palha de coqueiro era um material de fácil acesso, que podia muitas vezes ser encontrado no lixo, então os moradores do Bairro do Estado, que não tinham banheiros em casa, construía em seus quintais um espaço para fazerem suas necessidades fisiológicas, o que fazia com que o mau cheiro se intensificasse por toda a região, pois a maioria das moradias tinha que recorrer a essa estratégia.

Desse modo, a comunidade viveu durante muitos anos em situação de miséria. Mudando, assim, suas condições a partir da extinção total das casas de taipa, em que puderam usufruir também de um banheiro em sua residência, melhorando também as questões sanitárias do Bairro.

Sendo assim, vivendo em condições subumanas, sobrevivendo de caridades e sem o mínimo para a sua sobrevivência, os moradores do Bairro do Estado se submetiam a prestação de serviços em troca de algum dinheiro, ou até mesmo qualquer alimento para amenizar a fome que sentiam. Julião Gomes nos mostra em seu relato uma riqueza de detalhes acerca da fome que sua família enfrentou morando no Bairro do Estado, bem como as situações que tinham que defrontar cotidianamente para sobreviverem. Ele pontua que:

a fome era tão grande, que, que minha mãe é... andava mais de um quilômetro, eu acho isso, com um galão de água, com um galão de água, né? pra vim pra rua competir com, com o pessoal que andava com os burros, né? a... colocando água nas casas aqui na rua. Ela disputava com ele em troca de, de um ‘pouquin’ de bolacha, um pouco de algum ‘negoço’. As pessoas abusavam totalmente dela. Ela sem ter conhecimento, eles não davam dinheiro, é... muitas pessoas, família de casa, família, casa de família¹⁴, né? A... trocava aquele galão d’água é... por um ‘pouquin’ de bolacha, um ‘pouquin’ de feijão, um ‘pouquin’ daquilo, um pouquin daquilo (GOMES, 2020).

Nota-se o teor dessa condição de vida humilhante, em que como é exposto na fala de Julião, as pessoas se sentiam rebaixadas ao realizarem um trabalho pesado em troca de qualquer coisa que pudesse ser levado para suas residências para aliviar a fome naquele momento, até que aparecesse outra coisa para a alimentação.

Nesse sentido, a vida era mantida em condições precárias, não tinham acesso nem sequer ao mínimo para sobreviverem, e o pouco que tinham era obtido através da prestação de um serviço precário ou fruto de doações, como é bastante evidente quando Julião expõe: “aqueles que não conseguiam, viviam abaixo da pobreza. Muitos sobreviviam a... de doações, né? de doações quando tinha e quando não tinha passava fome, necessidade mesmo” (GOMES, 2020).

Outros tipos de serviços foram detectados nos relatos dos entrevistados. Havia pessoas que trabalhavam no sisal, como é bem retratado na fala de Virgulino Ferreira. Segundo ele, os irmãos mais velhos trabalharam muito tempo nesse serviço para sustentar a casa. Ele pontua que: “a gente vivia disso. E a renda era mínima pra muita gente. assim como tinha noite que a gente nem se alimentava direito porque a gente não tinha condição de comprar alimentação toda. Às vezes dava pro ‘armoço’ e não dava pra janta” (FERREIRA, 2020). Como pudemos observar, o pouco dinheiro que era obtido através da execução do trabalho, não dava para suprir as necessidades básicas da família, sendo necessário optar pela realização de uma das refeições diárias.

Algumas pessoas ainda conseguiam trabalhar na agricultura, mas em períodos de longa escassez de chuva não tinham essa possibilidade. Aliás, nos períodos de grande estiagem alguns moradores do Bairro do Estado trabalhavam em programas do governo, como nos relata Julião Gomes: “Houve também é... um programa, não sei se é do governo ou é da prefeitura, não sei, chamado de emergência, é cachorra magra, né? Aonde que as mulheres e os homens ia trabalhar, iam trabalhar e em troca é, de um dinheiro, uma feira né?” (GOMES,

¹⁴ Ao utilizar o termo “casa de família”, o entrevistado tenta fazer menção às casas das famílias que usufruíam de melhores condições financeiras.

2020). Esse programa mencionado pelo entrevistado era denominado Programa de Frentes de Emergência, que, segundo Fischer e Albuquerque (s/d, p. 5),

é um programa governamental implantado para amenizar ou eliminar conflitos sociais inevitáveis que explodem quando parte da população tem seu nível de subsistência comprometido. Essa política tem como objetivo atender a população que se encontra em reconhecido estado de calamidade pública, sobretudo no que se refere ao abastecimento d'água e geração de renda. Tal política é estabelecida a partir de pressões da população que tem seu suporte alimentar afetado.

Dessa maneira, o trabalho realizado nas Frentes de Emergência era desempenhado por homens e mulheres e consistia na construção e manutenção de estradas e reservatórios de água. Em troca do serviço, os trabalhadores recebiam uma quantia em dinheiro e alguns gêneros alimentícios para auxiliar na manutenção da família.

Além do mais, essa política de emergência ficou conhecida popularmente por “Cachorra Magra”, devido às condições de miséria vivenciadas pelo povo na época. Isso é posto por Souto (2017, p. 39) ao salientar que “o nome se deu devido à situação em que o povo vivia, a quantia recebida na época era pouca para alimentar os filhos (os núcleos familiares eram bastante grandes), pareciam carcaça humana ambulante, devido à alta desnutrição”. Assim sendo, como era comum na época, as famílias eram muito numerosas e os valores referentes à renda familiar eram ínfimos, impedindo que as famílias tivessem uma alimentação básica garantida.

Ainda, no que concerne aos trabalhos desempenhados pelos moradores do Bairro do Estado, constatamos que algumas mulheres conseguiam serviço nas casas do centro da cidade, mas não eram todas que tinham essa sorte, pois não eram aceitas devido ao seu local de moradia e, conseqüentemente, a sua condição social, como é posto pelo entrevistado a seguir:

Muitas pessoas que não, não conseguiam trabalhar na rua [...] como trabalhadoras de doméstico, por conta de muitos que não queriam pessoas do Bairro do Estado trabalhando em suas casas por não ã... não levarem, digamos assim, algum bactéria, vírus, não sei, pros seu lares (GOMES, 2020).

Por conseguinte, fora dos ambientes privilegiados socialmente, foi se constituindo uma imagem de inferioridade que contribuiu com o desvirtuamento desse grupo, intensificando as marcas e condenando os sujeitos moradores do Bairro do Estado aos estigmas sociais. Sobre os estigmas sociais, Goffman (2004) salienta que

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas

categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados (p. 5).

Com efeito, a classificação social das pessoas, acabou lançando esses sujeitos fora dos espaços privilegiados e, ainda, privando-os de circular livremente, sem ser visualizados com desprezo, como se, unicamente, por serem pobres fossem capazes de transmitir alguma doença.

Em virtude disso, configura-se o processo de exclusão social, que Giddens (2008, p. 325) compreende como “as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade”. Como se pode ver, na medida em que os sujeitos pertencentes às classes menos favorecidas são afastados de alguns espaços e atividades sociais, eles têm os seus direitos reduzidos, uma vez que, segundo Giddens (2008), as pessoas que vivem em bairros com degradação social estão sujeitos à negação de suas oportunidades de inserção social.

Nessa perspectiva, através dos dados coletados na investigação, foi possível constatar que esses sujeitos estavam expostos muitas vezes a situações de degradação social, pois, segundo Julieta Santos, “Ninguém dava nada por essas pessoas que moravam aqui. Assim, é elas eram tão pobre que eles não considerava é..., essas pessoas como gente” (SANTOS, 2020). Sem dúvida, através dos relatos, constatamos que a situação de extrema pobreza resultou na construção de uma visão de inferioridade acerca desses sujeitos pela sociedade em geral.

Através das entrevistas, Julião Gomes nos relatou que sua família passou por situações constrangedoras devido a sua posição social, segundo ele, a mãe trabalhava fornecendo água às pessoas moradoras da parte central da cidade, mas que pelo seu trabalho muitas vezes não recebia nada em troca e era até desrespeitada, como é revelado por ele:

uma vez vinha dos tanques, né, pra rua, chegou em tal canto ia passando um dono de, de um, de um bar chamou ela porque viu e sabia que ela botava água para as pessoas. Assim, ele chamou, quando ela despejou as latas lá, é... ele disse: eu só tenho isso pra dar, um copo de cana. Então, minha mãe saiu dali é... digamos, frustrada ao mesmo tempo por ter a... por ter sido desrespeitada creio eu, né? (GOMES, 2020).

Assim, sem ter outra opção, tentava as formas alternativas para sustentar a família e por ser mulher, pobre, negra, moradora de periferia era menosprezada socialmente. Desse modo, a alegria de estar prestando um serviço para poder conseguir algo para levar para casa, se transformou em uma situação humilhante, já que além de não ter recebido um pagamento

digno por seu trabalho, ainda se sentiu envergonhada por ter sido comparada a uma pessoa com vícios.

Entretanto, intrínseco a esse contexto de exclusão social, o preconceito perpassa a categorização por condições sociais, se instalando no Bairro e dando origem a categorizações internas, ou seja, foram se constituindo grupos classificatórios entre os próprios membros da comunidade, fragilizando os vínculos entre o grupo e reforçando ainda mais os estigmas sociais criados em torno da comunidade.

Logo, além do distanciamento criado entre os grupos comunitários das regiões centrais da cidade e a comunidade do Bairro do Estado, também se estabeleceram distinções internas dentro do grupo que estão inseridos. Nessa vertente, Elias e Scotson (2000) falam sobre uma hierarquia classificatória, que tem como base as distinções de valores atribuídos em comunidades. Os autores destacam que

algumas famílias ou talvez grupos delas em uma mesma comunidade, tão logo são ligadas umas às outras pelos fios invisíveis da vizinhança, passam a se ver e a ser vistas pelos outros como "melhores" ou, alternativamente, como "menos agradáveis", "menos boas", "menos dignas" ou seja qual for a denominação que se use (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 166).

À vista disso, juntamente com a ideia construída externamente de que tudo que se referia ao Bairro do Estado era detestável, a comunidade também começou a padronizar as pessoas do grupo, utilizando para tanto os modos de comportamento social, demarcando quem era educado e dava-se ao respeito e quem não sabia se comportar no meio social, o que acarretou em uma inferiorização mais intensa de alguns indivíduos, provocando o desmembramento e a fragilização do grupo.

Nesse sentido, com a negação de alguns sujeitos que não se enquadravam nos padrões demarcados socialmente e a predominância dos valores morais atrelados aos bons costumes, acabou-se por primar que as pessoas educadas e bem vistas socialmente vinham de outros lugares.

Assim, como é avultado por Julieta Santos ao expor sua visão acerca da comunidade, segundo ela: “Naquela época, eu via as pessoas assim como sem educação, mal educada mesmo, sem... não sabia se comportar nos lugares. E as pessoas que eu considerava educada é... exatamente aquelas pessoas que vinha de outros lugares, fora da, da cidade” (SANTOS, 2020). Nota-se que os padrões delimitados pela sociedade, adentram na comunidade quebrando os laços que deveriam fortalecer o grupo, suscitando em um estranhamento dos

sujeitos à comunidade, afetando significativamente o sentido de pertencimento destas pessoas ao lugar e ao grupo.

Como pudemos ver anteriormente, durante algum tempo, o painel que compunha o Bairro do Estado foi montado unicamente por moradias de taipa e apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 começaram a ser implementados projetos municipais visando a melhoria de condições de vida no Bairro, momento este que começaram a ser construídas casas de alvenaria, de modo a substituir as casas de taipa.

No entanto, devido a grande demanda, as casas não foram todas substituídas nesse momento e apenas no início dos anos 2000 em seguinte, o Bairro, enfim, passa a apresentar condições de vida mais favoráveis, já que as casas de taipa foram substituídas por habitações de alvenaria e foi feito o calçamento das ruas, como é pontuado por Costa (2016) ao enfatizar que nesse período

houve a pavimentação das ruas que haviam naquele local, José Martins de Oliveira e José Cordeiro Neto, as mais antigas, que se formaram próximas ao depósito de lixo. Realizou-se o abastecimento de água nas moradias que não usufruíam deste recurso, pelo sistema da Cagepa, e foi feita uma reforma e melhoramento no matadouro público (COSTA, 2016, p. 24).

Quando questionados a respeito das melhorias ocorridas no Bairro, os entrevistados se alegram ao detalhar as mudanças. Violeta Silva nos mostra como se deu a mudança ao dizer: “eu acho que foi quando foi feita essa rua, essas casas, as casas que era tudo de ‘talpa’, ‘tudim’, depois foi melhorando, foi fazendo de tijolo quem tinha condição, outros foi o prefeito que deu” (SILVA, 2020). Virgulino Fernandes também dá seu ponto de vista acerca das alterações que o Bairro passou: “até pra gente ir pra rua era uma escuridão e foi... Nossa rua não era calçada, foi quando ‘calçaro’, foi dando um valor mais e hoje tá uma rua excelente de se morar. Foi... ganhou uma nova cara: calçada, água encanada que não havia, foi tudo num tempo só” (FERNANDES, 2020).

Assim, de acordo com as informações coletadas pelas entrevistas, o Bairro passou por mudanças estruturais com a construção das casas de alvenaria e total extinção das moradias de taipa, a pavimentação das ruas que antes eram estradas de terra e o abastecimento de água nas residências. Além disso, foi implantada a rede de iluminação elétrica na via que liga o Bairro do Estado a região central da cidade, melhorando, assim, as condições de vida de quem

morava na localidade. Muito embora, ainda não tivesse rede de esgoto¹⁵ e a população também não usufruísse de alguma unidade de saúde na localidade¹⁶.

Para mais, os relatos também nos mostram melhorias significativas com a implementação de programas de benefícios sociais, como é demonstrado a seguir por Violeta Silva, quando a questionamos a respeito de quando as coisas melhoram para esses sujeitos. Segundo ela:

Com certeza foi com o Bolsa Escola, que era 15 reais, era 15 reais, que era mui... era dinheiro demais. Aí quando foi, aí depois passou assim veio vim um tal dum vale gás que era 15 reais também, era mês sim, mês não. Aí um mês recebia 15 reais que era o Bolsa Escola, no outro mês vinha esse, essa ajuda né? Que vinha, que era o vale gás, aí era 30 reais. E exatamente esses 30 reais era, era a renda que eu tinha, eu né? Eu conto de mim. A renda que eu tinha era 15 reais um mês, 30 reais n'outro para pagar água, pagar luz, fazer alguma arrumação pra casa, comprar material de escola pra filho (SILVA, 2020).

Em suma, segundo os depoimentos, o auxílio que era recebido por essas pessoas era referente ao Programa Bolsa Escola¹⁷ e ao Programa Auxílio-Gás¹⁸, cujos valores equivalentes a R\$ 15,00 (quinze reais), sendo que o pagamento do Programa Bolsa Família era realizado mensalmente e o do Programa Auxílio-Gás era feito a cada dois meses.

Assim, o recebimento desses benefícios de forma constante garantia uma certa estabilidade financeira a esses sujeitos, visto que os moradores do Bairro do Estado puderam adquirir gêneros alimentícios e outros suprimentos capazes de assegurar a sua sobrevivência e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida dessas famílias carentes.

Como se pode ver, os anos de 2000 até 2005 representou uma transição do modo de vida dos moradores do Bairro do Estado. Agora com moradias descentes, usufruindo de benefícios como água e energia elétrica em suas residências, além da possibilidade de residir em ruas com pavimentação e tendo uma pequena renda mensal garantida por benefícios sociais, essas pessoas puderam, enfim, viver melhor e ocupar um lugar social digno. Isso fez com que tivessem suas vidas ressignificadas, uma vez que começaram a ser vistas e aceitas

¹⁵ Até meados do ano de 2020, momento de concretização desta pesquisa, o Bairro do Estado ainda não possuía rede de tratamento de esgoto;

¹⁶ O Bairro do Estado passa a ter unidade de saúde apenas a partir do ano de 2016, com a construção da UBS Antônio Batista da Rocha, no Conjunto Alto dos Bentos.

¹⁷ O Programa Bolsa Escola foi criado pelo Governo Federal através da lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, com o objetivo de garantir uma renda mínima vinculada à educação às famílias em situação de vulnerabilidade social. Maiores informações em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm>. Acesso em: 20 jun 2020.

¹⁸ O Programa Auxílio-Gás foi instituído pelo Governo Federal através do decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, destinado a custear a aquisição do gás de cozinha pelas famílias de baixa renda. Maiores informações em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4102.htm>. Acesso em: 20 jun 2020.

socialmente e passaram a poder circular em ambientes que em outrora não lhes eram admitidos.

Com o tempo, o panorama recebeu uma nova configuração, as vidas mudaram, pessoas se foram e outras vieram, os olhares que antes inferiorizavam passam a perceber o Bairro do Estado por outra ótica. Diante disso, é necessário pensarmos a respeito das identidades sociais que foram construídas por esses sujeitos no decorrer do processo de edificação do Bairro do Estado. Que identidades sociais foram forjadas nesse contexto? Será que essas identidades sociais sofreram alguma mutação ao longo do tempo? Ou será que elas se fortaleceram no decorrer do processo?

Portanto, no próximo tópico, tecemos algumas reflexões acerca dessa discussão, buscando pensarmos a respeito das identidades sociais desses sujeitos moradores do Bairro do Estado, além de intensificarmos esse olhar na percepção das identidades pessoais, uma vez que Dubar (2009) salienta que a identidade além de ser social, é também pessoal. Assim, a seguir, promoveremos uma discussão acerca das identidades dos moradores do Bairro do Estado, através da exploração dos aspectos que puderam influenciar na construção identitária e que de algum modo ocasionaram a fragilização ou o fortalecimento do sentimento de pertencimento desses sujeitos à localidade.

6 APONTAMENTOS E REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DOS MORADORES DO BAIRRO DO ESTADO

A memória é uma parte fundamental para a constituição da identidade de um sujeito ou de um grupo (POLLAK, 1992; LE GOFF, 2012), já que, através das lembranças de vivências e acontecimentos que permanecem vivos, é possível que o sujeito e/ou grupo edifique sua identidade individual e coletiva.

Logo, partindo-se desse princípio, buscamos nesse tópico, refletirmos acerca da formação identitária dos moradores do Bairro do Estado em Cubati – PB, tendo como alicerce as suas memórias de momentos vivenciados no decorrer da temporalidade delimitada nesse estudo, que compreende o período entre 1970 a 2005, abrangendo a origem do Bairro até a sua transição de modos de vida precários a situações mais cômodas.

Nessa direção, no ponto de vista de Giddens (2008, p. 29), “a identidade está relacionada com os entendimentos que as pessoas têm acerca de quem são e do que é importante para elas”. À vista disso, tentamos compreender de que forma se constituíram as identidades sociais desses sujeitos ao longo da história, como essas pessoas se auto

reconheciam e o que defendiam estando expostas a uma situação de degradação social, agravada por suas condições de vida em pobreza extrema e os estigmas sociais produzidos nessa conjuntura.

Para Dubar (2005) as identidades sociais são resultantes do processo de socialização do indivíduo, ou seja, as identidades sociais são constituídas a partir das trajetórias sociais, pelas quais os sujeitos aprendem a viver em sociedade, a partir das interações sociais que experienciam cotidianamente. Ademais, Giddens (2008) ressalta que as identidades sociais referem-se às

características que os outros atribuem a um indivíduo. Estas podem ser vistas como marcadores que indicam, de um modo geral, quem essa pessoa é. Ao mesmo tempo, posicionam essa pessoa em relação a outros indivíduos com quem partilha os mesmos atributos (GIDDENS, 2008, p. 29).

Assim, as identidades sociais englobam as características que podemos detectar em diferentes indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, isto é, os aspectos apresentados de forma semelhante que servem para particularizar uma determinada coletividade.

Nessa vertente, Goffman (2004) especifica dois tipos de identidades sociais, são elas: a identidade social virtual e a identidade social real. Segundo o autor, a identidade social virtual estaria atrelada a uma categorização externa estabelecida socialmente. Já a identidade social real seria as categorias e os atributos que o indivíduo evidencia possuir (GOFFMAN, 2004).

Dessa forma, as identidades sociais virtuais podem ser influenciadas por ideias pressupostas, como é o caso dos estigmas sociais, que Goffman (2004, p. 4) compreende como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”. Nesse sentido, Goffman (2004) aponta que o estigma social poderá evidenciar uma discrepância entre as identidades sociais virtual e real, quer dizer, muitas vezes a ideia que construímos com base no outro, pode não reproduzir fielmente a realidade deste e isso poderá acarretar em uma exclusão social do indivíduo.

Assim sendo, é importante refletirmos sobre a forma como os estigmas sociais foram engendrados a partir da realidade social e como agiram na formação identitária dos indivíduos presentes nesse contexto. Por conseguinte, é necessário retomarmos os questionamentos levantados no tópico anterior: que identidades sociais foram forjadas nesse contexto? Será que essas identidades sofreram alguma mutação ao longo da história? Ou será que elas se fortaleceram no decorrer do tempo?

Ao analisarmos as entrevistas realizadas, pudemos perceber que as condições de vida, marcadas pela pobreza, foi um fator preponderante na construção identitária das pessoas

moradoras do Bairro do Estado, uma vez que as circunstâncias em que esses sujeitos viviam elevavam os estigmas sociais, reforçando a visão depreciativa pelas pessoas de fora da comunidade no que concerne ao Bairro e, assim, afetando as formas de percepção dos próprios indivíduos acerca de si mesmos.

Em decorrência disso, a partir de uma visão exteriorizada, notamos que os sujeitos da pesquisa eram enquadrados como pobres, inferiorizados socialmente por estarem em uma situação agravante, como é exposto pela entrevistada em sua fala, quando questionada a respeito de como as pessoas do Bairro do Estado eram percebidas socialmente pelos outros indivíduos. Segundo a entrevistada, as pessoas da comunidade eram vistas da seguinte maneira: “Como pobres, era, muitos diziam os afragelados da Rua do Lixo. Era assim que o pessoal da rua que sempre tinha mais uma condição, era como achava o pessoal da Rua do Lixo, os afragelados” (SILVA, 2020).

Para mais, lembrada apenas em período eleitoral ou requisitada como mão de obra barata como é destacado pelas entrevistas, Julião Gomes pontua que a comunidade era vista de forma inferiorizada, ele diz que as pessoas do Bairro eram tratadas como “aquele povo do lixão, a... do lixão que só serve a... pra eleger candidatos e, ou ficar lambendo os seus lares como escravo, tipo isso” (GOMES, 2020).

Desse modo, essa identidade de pobre forjada nos emaranhados sociais foi firmada sobre o Bairro do Estado, se fortalecendo através das vivências cotidianas, que fazia com que as pessoas residentes na região central da cidade vissem esses sujeitos como frágeis e dignos de compaixão.

Juntamente às identidades sociais, temos as identidades pessoais, pois segundo Dubar (2009, p. 19) “A identidade, [...] não é apenas social, ela é também pessoal”. Em consonância a isso, a identidade pessoal refere-se às individualidades dos sujeitos, dado que “diz respeito ao processo de desenvolvimento pessoal através do qual formulamos uma noção intrínseca de nós próprios e do relacionamento com o mundo à nossa volta” (GIDDENS, 2008, p. 30).

Com base nos relatos dos entrevistados, percebemos que as identidades pessoais demarcadas nessa conjuntura são apresentadas como indivíduos pobres que sofreram devido sua condição social, como é desabafado por Julião Gomes ao relatar: “tivemos momentos alegres, ruins, passamos bastante fome. Vivíamos é... sobre a miséria e... é o que resume é... que foi uma família muito sofrida, né? Muito necessitada” (GOMES, 2020), mas que, segundo as entrevistas, o sofrimento era encarado como uma forma de fortalecimento, que precisava ser enfrentado, como um processo de crescimento.

Dessa forma, através de uma análise da realidade, por meio das sensibilidades, que Pesavento (2004) compreende como a percepção dos aspectos constituintes do mundo através dos sentidos, encontrados no íntimo de cada indivíduo, percebemos que os discursos dos entrevistados são marcados por um sentimento de satisfação pela superação de tempos ruins, e que as dificuldades serviram para fortalecer quem hoje são.

Assim, o aprendizado pela superação é posto na fala de Julião Gomes, pois como nos alude o entrevistado: “eu sofri bastante, mas eu dei a cara a bufete” (GOMES, 2020), como se os sofrimentos e as privações pudessem ser revertidos de uma forma que fortalecesse os sujeitos. Ademais, o entrevistado ainda nos fala sobre o sofrimento que sua mãe passou no combate das dificuldades, mediante o preconceito e exclusão social que sofreu para poder sustentar os filhos. Ele pontua o seguinte: “Ela fez muitas coisas. [...] isso fez com que... isso fez com que hoje nós, nós conseguimos essa reflexão, né?” (GOMES, 2020). Desse jeito, o sofrimento da mãe reforçado pelo estigma social é seguido pela satisfação da superação das dificuldades e que pode ser utilizada como uma forma de reflexão em torno dessa realidade.

Nessa perspectiva, Goffman (2004) destaca que os efeitos do estigma social podem provocar a impressão de uma “bênção secreta” no indivíduo, pois segundo o autor, “O estigmatizado pode, [...] ver as privações que sofreu como uma bênção secreta, especialmente devido à crença de que o sofrimento muito pode ensinar a uma pessoa sobre a vida e as outras pessoas” (GOFFMAN, 2004, p. 13).

Além disso, a exposição da comunidade ao estigma social intensificou o sentimento de inferioridade social e, juntamente, com a vergonha do que era vivido por esses sujeitos, se configurou em uma fragilização da identidade real dos indivíduos, uma vez que esses fatores ocasionavam nessas pessoas, como foi visto, anteriormente, com base nas entrevistas, uma valorização do que era externo em detrimento do que era próprio do Bairro do Estado, fazendo com que a identidade social virtual construída acerca dessa comunidade se sobrepusesse a identidade social real desse grupo.

Portanto, a partir das mudanças ocorridas no Bairro, com a retirada do lixão da localidade, a construção de casas de alvenaria, a pavimentação das ruas e a estabilização financeira por meio de programas sociais, possibilitou que as pessoas obtivessem melhores condições sociais e fossem percebidas socialmente de forma mais igualitária.

Nesse sentido, o entrevistado menciona sobre o desconforto que sentiam em relação a sua moradia, já que era impossível receber alguma visita em sua residência, por vergonha das condições precárias da mesma, o qual foi sanado após o desativamento do lixão e a

eliminação das casas de taipa, concomitante à construção de residências de alvenaria pela Prefeitura. Segundo Julião Gomes (2020),

foi feito essas casa e desativado de uma vez por toda o lixão, as coisas melhoraram na Rua do Estado, não só na rua né? Na sua amplitude, mas também nas nossa vidas, nosso interior, aonde que [...] no momento podíamos levar pessoas a nossas casa, convidar. Aonde que outrora tínhamos vergonha de morar numa casa de barro, onde que quando chovia caia, nós tínhamos que reconstruir tudo de novo (GOMES, 2020).

Dessa maneira, é evidente que mediante o contexto apresentado, existe uma fragilização identitária, visto que os sujeitos se sentem acuados por estarem na condição que estão e não terem condições básicas de nem sequer receber uma visita em sua residência, se sentindo ainda mais humilhados por isso.

Além de tudo, a melhoria das condições de vida no bairro, ou seja, a destruição das casas de taipa e em seu lugar edificado casas de alvenaria foi importante, uma vez que os sujeitos não viam mais o seu passado de sofrimento cotidianamente refletido naquele cenário. Assim, as mudanças ocorridas no Bairro, acabaram ressignificando as lembranças desagradáveis que fazem parte da memória dessas pessoas.

Logo, a necessidade de apagar lembranças de momentos que trouxeram dores aos sujeitos, para que em lugar delas surja um sentimento de que aquilo não aconteceu e que eles não teriam sofrido demasiadamente naquelas vivências, se configura como uma forma de proteção ao sujeito, como é posto por Candau (2011, p. 127) quando diz que

O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passado. Ela pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação de um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios.

Além disso, Candau (2011) ainda salienta que o silêncio ou a negação de um fato não significa que isto tenha sido totalmente esquecido. Ele frisa que estas lembranças podem estar resguardadas, mas que uma vez recobrada, essas recordações poderão trazer sérios prejuízos às identidades, pois, segundo o autor,

encerrados nas estruturas profundas e obscuras da personalidade, as lembranças esquecidas permanecem em reserva, força perigosa e imprevisível que pode vir a assolar a identidade do sujeito se, por azar, ele baixar a guarda e enfraquecer suas resistências. Podemos nos queimar e mesmo nos consumir diante de um retorno da memória, como se esta fosse uma chama que se reacende (CANDAU, 2011, p. 128).

Desse modo, na medida em que são reconstruídas suas identidades a partir de uma neutralização de memórias de vivências do passado, uma vez que estas forem reativadas irão causar um abalamento, ou seja, uma crise identitária no sujeito. Nessa perspectiva, Dubar (2009) compara as crises identitárias às crises econômicas, salientando que “as crises identitárias podem ser pensadas como perturbações de relações relativamente estabilizada entre elementos estruturantes da atividade. [...] A atividade de que se trata aqui é a identificação, isto é, o fato de categorizar os outros e a si mesmo (DUBAR, 2009, p. 20). Assim, a crise identitária refere-se a um abalamento das estruturas que sedimentavam as identidades dos sujeitos.

Isso é possível, pois, como Hall (2006) e Bauman (2005) salientam, a identidade não se descobre de repente, ela se constrói todos os dias, mediante a vivência e ao enfrentamento de conflitos e situações que geram instabilidades e, conseqüentemente, podem enfraquecer ou fortalecer as identidades.

Nessa direção, Pesavento (2001) assevera que a identidade está relacionada ao sentimento de pertencimento. Assim sendo, a autora frisa que “A identidade é a construção simbólica que elabora a sensação de pertencimento, propiciando a coesão social de um grupo, que se identifica, se reconhece e se classifica como de iguais ou semelhantes” (PESAVENTO, 2001, p. 9). Desse modo, através da análise das entrevistas, foi possível percebermos que alguns sujeitos evidenciam em suas falas a existência de vínculos afetivos com o grupo e, conseqüentemente, com o lugar que vivem, ao mesmo tempo em que outros não estabelecem afinidade com a comunidade que fazem parte.

Em conformidade a isso, quando questionado a respeito da sua ligação com o Bairro do Estado, o entrevistado Virgulino Fernandes demonstra muita afetividade acerca do seu lugar de moradia, diz ele “eu sou raiz, se arrancar pra mim, eu morro. Eu sou Bairro do Estado até a morte” (FERNANDES, 2020). Como o entrevistado bem pontua, ele mantém vínculos afetivos com a comunidade e que o afastamento dela poderia lhe causar danos.

Para mais, os dados da pesquisa também nos mostram que alguns sujeitos vivem um conflito identitário, uma vez que não estabelecem vínculos afetivos com a comunidade em si, enfraquecendo-se o sentido de identidade coletiva, que Pollak (1992) compreende como “todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo [...] o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p. 207).

Assim, a visão que se instalou na comunidade, reforçando os estigmas sociais de que tudo relacionado ao Bairro do Estado era depreciativo, como foi apontado no tópico anterior,

acarretou no enfraquecimento dos vínculos sociais de alguns sujeitos em relação ao grupo, como é ressaltado no desabafo da entrevistada ao apresentar seu ponto de vista sobre as pessoas de sua comunidade: “amundiçado mermo, sem educação. Que, eu acho que muitos não tiveram oportunidade, num sei, ou... ou é porque, por causa da criação, num sei, eu num... não me sinto, não faço parte dessa comunidade” (SANTOS, 2020). Em virtude disso, quando questionada se em algum momento sentiu vergonha da localidade, a entrevistada respondeu que “Sempre! Ah, porque eu num... Eu moro aqui, mas não me sinto, não sinto parte é... não me encaixo é... junto da população” (SANTOS, 2020).

Como pudemos ver, a identidade social está intimamente ligada ao sentimento de pertencimento do sujeito ao local, já que através das vivências em conjunto se firmará o sentido de pertença do sujeito ao lugar e ao grupo em que está inserido. Em decorrência disso, na medida em que o sujeito se afasta afetivamente de seu grupo, a identidade social referente à comunidade em que está inserido vai então se degradando.

Portanto, a vida marcada pela fome, a escassez de alimentos o suficiente que suprissem a necessidade alimentar da família, bem como outros itens indispensáveis para a sobrevivência acabaram por acarretar em um sentimento de impotência do ser humano. Em detrimento disso, as lembranças recordadas proporcionam um desgaste do indivíduo, uma vez que as memórias trazem a tona coisas que gostariam de ser esquecidas, apagadas da mente. Como é acentuado pela entrevistada ao dizer que:

Ah, minha filha, eu não gosto de lembrar disso não porque eu passei por muito bucado ruim mermo. Eu, tinha, tinha dia que eu, eu passava, que o pessoal me ajudava, mas tinha dias que eu dormia sem jantar, ganhava, mas dormia sem jantar para dar para os meus filhos porque eu entendia, eles era pequeno, entendeu? (SILVA, 2020).

Diante disso, uma vez que tentamos apagar de nossa memória as lembranças vividas no passado para que, assim, possamos viver mais tranquilos, sem a sensação de que iremos sofrer, isso pode suscitar na ocultação de uma parte da história, como é acentuado por Candau (2011, p. 130) ao salientar que "Às vezes, em razão de querer esquecer um período de sua história, corre-se o risco de se tornar o próprio 'esquecido da história'".

Nessa direção, embora as dores das lembranças pudessem ser amenizadas pelo refúgio do esquecimento ou a neutralização das memórias vivenciadas, de outro modo, os relatos dos entrevistados puderam nos mostrar que essa história marcada pela dor pode também ser representada e significada por outra faceta, como uma forma de resistência e fortalecimento histórico, uma vez que, segundo o entrevistado, ao recobrar as memórias, é possível se ter a certeza de que foram enfrentados momentos dolorosos, mas que deram consistência à história,

como é exposto ao dizer que “Para mim, eu me sinto realizado porque, assim, não existe futuro sem passado, né? Se tiver o futuro, justamente, a gente teve o passado e ajuda a gente a crescer, essas coisas” (FERNANDES, 2020). Isto posto, inferimos que as histórias marcadas pelo sofrimento também podem servir como um meio de aprendizado e reflexão histórica, garantindo aos sujeitos a reafirmação de quem são e o que objetivaram em suas lutas.

Em suma, pobre e escassamente escolarizado, presos em um contexto marcado por desigualdades com uma educação precária que não garantia a inserção social, nem tampouco o acesso a oportunidades para viverem melhor, os moradores do Bairro do Estado detiveram uma identidade de oprimido durante muito tempo, pois, segundo as entrevistas, o Bairro do Estado “Era uma comunidade cega, muda e surda, [...] eram pessoas esquecidas a... aonde não tinham os seus direitos quase (GOMES, 2020), visto que não podiam se retratar publicamente para reivindicar melhorias sociais, por medo de sofrer represálias em consequência disso.

Diante do que foi exposto até aqui, percebemos o quanto que as identidades dos moradores do Bairro do Estado mudaram ao longo do tempo, sendo influenciadas, principalmente, por suas condições sociais e também por fatores externos, constituintes da identidade social virtual, isto é, a forma como são percebidos pelas outras pessoas. Assim, no próximo tópico, tecemos algumas considerações acerca do que foi discutido e sobre a produção deste trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, procuramos refletir a respeito da construção identitária dos moradores do Bairro do Estado em Cubati-PB e de que forma o estigma social construído acerca dessa comunidade agiu nesse processo, durante a temporalidade delimitada pelo período de 1970 a 2005, abrangendo o surgimento do Bairro do Estado, como também o seu processo de expansão e transição de um cenário marcado pela pobreza extrema até atingirem melhores condições de vida.

Diante disso, a história oral se constituiu em um importante mecanismo de pesquisa, já que, por meio dos relatos dos sujeitos, foi possível construirmos uma produção historiográfica a partir das narrativas de indivíduos inferiorizados socialmente e silenciados na história. A partir disso foi possível compreendermos um pouco das relações sociais e dos embates implícitos nessa tessitura.

Nessa direção, consideramos que uma investigação com respaldo no trabalho com a memória é algo delicado, pois ao lidarmos com a memória dos sujeitos, estamos nos

defrontando diretamente com o campo das sensibilidades, uma vez que compreende a percepção sensível dos sujeitos participantes da pesquisa acerca de suas vivências. Além disso, o retomar de lembranças que se encontravam adormecidas, neutralizadas na memória, pode provocar uma instabilidade nas emoções dos sujeitos, causando-lhes desconforto e podendo se configurar em um fator agravante nos resultados da investigação.

Ao longo de nossa discussão, percebemos o quanto as identidades são mutáveis, sofrendo alterações mediante aos diferentes contextos que são experienciados pelos sujeitos. Desse modo, inferimos que a discussão acerca da construção identitária se constitui em um campo muito denso, que implica uma análise mais aprimorada de todos os aspectos intrínsecos ao objeto estudado.

Nesse sentido, diante do contexto apresentado, pudemos perceber o quanto as histórias das cidades se constituem em cima de um campo de disputa, em que as relações de poder estão presentes nos espaços sociais e são elementos condicionantes nas interações que se estabelecem neste âmbito.

À vista disso, notamos que a história do Bairro do Estado em Cubati-PB é envolvida por essa problemática, visto que o estigma social construído acerca dessa comunidade, que tem sua origem juntamente com a edificação do Bairro, devido às circunstâncias que os moradores dessa localidade estavam expostos, comprometem significativamente a realidade vivenciada por esse grupo.

Conseqüentemente, os resultados dessa investigação apontaram que as identidades sociais dos sujeitos moradores no Bairro do Estado em Cubati-PB se configuraram com base na perspectiva do outro, isto é, o modo como essas pessoas eram vistas pela sociedade afetou a forma como elas se auto percebiam.

Assim, a identidade social virtual, formada acerca desse grupo, influenciou significativamente a construção da identidade social real e, conseqüentemente, refletiu na identidade pessoal desses sujeitos, uma vez que por causa dos estigmas sociais criados em torno do Bairro se consideravam inferiores ao restante da sociedade.

Além disso, também percebemos que as vidas dos moradores do Bairro do Estado foram ressignificadas e as identidades reformuladas, já que passam a ser aceitos socialmente e vistos de forma mais igualitária devido às mudanças em suas condições de vida e também através das transformações ocorridas no cenário em que viviam.

Para mais, como é comum no campo da pesquisa a ocorrência de limites durante a realização da investigação, nossas limitações se restringiram a uma pequena resistência dos

sujeitos participantes da pesquisa, pois devido ao pouco estudo que têm, eles acreditavam que não teriam informações relevantes que pudessem contribuir com a investigação.

Enfim, o esmiunçar dessa parte da história se consistiu em uma importante reflexão, que nos trouxe à tona as memórias de vivências dessa comunidade, possibilitando o conhecimento de elementos indispensáveis para compreensão das especificidades dessa realidade estudada.

Portanto, esperamos que essa discussão contribua com o debate acadêmico no que concernem às memórias e às identidades e, assim, possa chama à atenção do leitor e ampliar o seu olhar na percepção das individualidades de cada contexto analisado, bem como uma compreensão mais apurada acerca dos detalhes implícitos, que podem ser elementos condicionantes dos conflitos sociais.

FONTES DA PESQUISA

Entrevistas realizadas

Julieta Santos, entrevista concedida em 17/04/2020.

Julião Gomes, entrevista concedida em 21/04/2020.

Violeta Silva, entrevista concedida em 07/05/2020.

Virgulino Fernandes, entrevista concedida em 14/05/2020.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, A. C. da. **O Bairro do Estado na cidade de Cubati/PB: metamorfoses temporais de sua paisagem**. 2016. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9902/1/PDF%20Artur%20Chaves%20da%20Costa.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2020.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A Crise das Identidades: A Interpretação de uma Mutação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** 4ª ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FISCHER, Izaura Rufino; ALBUQUERQUE, Lígia. s/d. **A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil.** Disponível em: <<http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/30/f1192a-mulher-e-a-emergencia-da-seca-no-nordeste-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 09 nov 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. [1963]. Coletivo Sabotagem, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva.** 2007. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LIRA, Silvano Fidelis de (et al). Aspectos históricos. In: CUBATI. **Plano Municipal de Educação.** Secretaria Municipal de Educação. Cubati, 2015. p. 10-15.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.** Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online] Debates. 2004. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>>. Acesso em: 16 maio 2020.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História. vol. 27, nº 53, São Paulo, jan./jun. 2007a. p. 11-23.

_____. **História, memória e centralidade urbana.** Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online] Debates. 2007b. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/3212>>. Acesso em: 16 maio 2020.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, A. F. S. C. **Nas memórias de professoras: redes de saberes que representam a história da educação em Cubati.** 2012. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1928/1/PDF%20-%20Aline%20Fernanda%20Souto%20Costa%20Silva.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2020.

SILVA, Hilmária Xavier. **A invenção de um lugar: vivência e memória da favela da cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006).** Campina Grande: EDUFPG, 2015.

SOUTO, F. A. de (et al). **Cubati sua História e sua Gente.** Mimeografado. s/d.

SOUTO, W. L. de. **A mulher cubatiense frente ao Programa de Frentes Produtivas de Emergências entre as décadas de 1980-1990.** 2017. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15279/1/PDF%20-%20Wsiel%20Lopes%20de%20Souto.pdf>>. Acesso em: 20 abr 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que renovou minhas forças a cada dia, me fortalecendo para enfrentar os desafios impostos pela vida durante a realização dessa investigação.

Agradeço aos meus pais, Luiz Braz e Maria José, que mesmo sem ter muito estudo, compreendem a importância e o real significado da educação e nunca mediram esforços para a concretização desse sonho. Assim, sou eternamente grata por toda a aprendizagem que me proporcionaram ao longo da vida.

Ao meu irmão Luiz, minha cunhada Marisélia e minha amada sobrinha Mariana, por estarem presentes ao longo desse processo, me fortalecendo e incentivando a nunca desistir dos meus objetivos.

Ao meu orientador, Bruno Gaudêncio, por ter acreditado em mim e investido na realização desse trabalho, sempre com muita dedicação e paciência, pois sem as suas contribuições essa pesquisa não teria se concretizado.

Em especial, agradeço aos sujeitos da pesquisa, elementos fundamentais para a efetivação dessa investigação, que se disponibilizaram a participar das entrevistas, compartilhando suas memórias acerca da história do Bairro do Estado.

A todos os professores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Estudos de História Local: sociedade, educação e cultura, que ao longo do curso propiciaram debates significativos que deram suporte a realização deste trabalho.

Agradeço às professoras Hilmária Xavier e Thuca Kércia, componentes da banca examinadora, pelas sugestões que contribuíram com o enriquecimento deste trabalho e de outros que surgirão posteriormente.

Aos meus colegas de turma da especialização, pelos conhecimentos e vivências compartilhados ao longo do curso.

Agradeço a Rayssa Gurjão, por sua amizade e incentivo, colaborando com a superação das dificuldades e também pelo compartilhamento de conhecimentos e reflexões indispensáveis para a concretização dessa investigação.

A minha tia Maria do Egito e aos amigos João Mamedes, Lenilda Moreira, João Florêncio, que me ajudaram e incentivaram durante o período de pesquisa, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo distanciamento social.

Aos amigos Isaías Cordeiro, Fabiana Araújo e Tuane Ângelo, que colaboraram na busca de fontes acerca da história de Cubati para consolidar essa pesquisa, e também agradeço a Thaynar Lima por suas contribuições.

As minhas queridas amigas Jessica Rufo, Florencia Zacarias e Ana Thayse, que possibilitaram que os vínculos afetivos estabelecidos no ambiente acadêmico perpassassem as dependências da universidade, se fazendo presente em minha vida e me apoiando em todos os meus projetos.

A todos, muito obrigada!